

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) THIAGO LOPES DA SILVA

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS: ensinamentos apreendidos no caso estadunidense durante a
Guerra do Vietnã e aplicabilidade na Marinha do Brasil (MB).

Rio de Janeiro

2018

CC (FN) THIAGO LOPES DA SILVA

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS: ensinamentos apreendidos no caso estadunidense durante a
Guerra do Vietnã e aplicabilidade na Marinha do Brasil.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF(FN) Robson Turquiello Machado
da Silva

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, CF(FN) TURQUIELLO, pelo direcionamento seguro e prático, o que me ajudou no desenvolvimento deste trabalho e pela oportunidade de valer-me dos seus conhecimentos.

Aos Docentes da Escola de Guerra Naval e da COPPEAD que, ao longo de todo o curso, sempre buscaram fazer o melhor na nobre e difícil tarefa de desenvolver competências.

Aos servidores militares e civis da Escola de Guerra Naval pelo grande empenho em proporcionar aos Oficiais-Alunos do C-EMOS 2018 o melhor apoio possível.

Aos amigos da turma C-EMOS 2018, pelas demonstrações de apreço, amizade e estima, bem como pelo profícuo aprendizado decorrente da salutar convivência ao longo de todo o curso.

À minha amada família e amigos, indistintamente, que sempre souberam entender os períodos de meu afastamento.

À minha eterna companheira KARINA, pelo apoio, motivação e paciência dispensados durante a elaboração deste trabalho.

À Marinha do Brasil, por conceder-me esta oportunidade.

A Deus, por tudo. Sempre.

RESUMO

Este trabalho analisa a aplicação da doutrina utilizada nas Operações Ribeirinhas pelas forças dos Estados Unidos da América durante a Guerra do Vietnã, extraindo seus ensinamentos e verificando a aplicabilidade desses na Marinha do Brasil. Para alcançar esse propósito, foi realizada uma pesquisa documental e bibliográfica para, por meio de um estudo de caso da Guerra do Vietnã, validar e questionar conceitos e situações vigentes no cenário militar naval brasileiro e na conjuntura política e estratégica nacional. A relevância de se estudar as doutrinas utilizadas nesse conflito advém da importância do uso da história militar para explorar as tendências táticas, estratégicas e tecnológicas do passado, a fim de discernir a forma futura da guerra. E nesse sentido, nenhuma guerra na era moderna ilustra com mais abrangência os conceitos utilizados em uma campanha ribeirinha do que a Guerra do Vietnã. Os seus inúmeros ensinamentos apreendidos fornecem instrumentos essenciais para a criação e emprego de uma força ribeirinha moderna. A análise de alguns desses aprendizados e a contextualização da atual emprego das Operações Ribeirinhas da Marinha do Brasil permite a verificação de importantes preceitos doutrinários, perfeitamente aplicáveis no cenário ribeirinho brasileiro: a classificação eficaz dos ambientes ribeirinhos, de acordo com os meios a serem empregados; a necessária compatibilidade entre os objetivos estratégicos e os operacionais nas Operações Ribeirinhas; o emprego de embarcações fortemente armadas e blindadas e com diferentes calados para garantir uma maior flexibilidade e mobilidade; a importância para as Operações Ribeirinhas do uso de uma aviação embarcada integrada e compatível com o cenário ribeirinho; e o estabelecimento e emprego de uma doutrina conjunta de Operações Ribeirinhas.

Palavras-chave: Operações Ribeirinhas. Estados Unidos da América. Guerra do Vietnã. Marinha do Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Vietnã do Sul.....	57
FIGURA 2 – O “Labirinto” de águas interiores no Delta do Mekong	58
FIGURA 3 – Vista aérea das plantações de arroz no Delta do Mekong.....	59
FIGURA 4 – A região do Delta do Mekong.....	60
FIGURA 5 – Vista aérea de uma <i>Mobile Riverine Base</i>	61
FIGURA 6 – Um Huey do US Army pousando no convoo adaptado de um ATC(H) para uma evacuação aeromédica em 1967	62
FIGURA 7 – Monitor no Rio My Tho, Dezembro de 1967	63
FIGURA 8 – “Zippo” em ação	64
FIGURA 9 – Huey em apoio aos PBR no Delta do Mekong em1968	65

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ARib –	Área Ribeirinha
ASPB –	<i>Assault Support Patrol Boat</i>
ATC –	<i>Armored Troop Carrier</i>
CNO –	<i>Chief of Naval Operations</i>
EB –	Exército Brasileiro
ED –	Embarcações de Desembarque
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EUA –	Estados Unidos da América
ForTaRib –	Força-Tarefa Ribeirinha
HAL-3 –	<i>Helicopter Attack Squadron (Light) 3</i>
HC-1 –	<i>Helicopter Combat Support Squadron 1</i>
LAR –	Lancha de Ação Rápida
LBDN –	Livro Branco de Defesa Nacional
LCM –	<i>Landing Craft Medium</i>
MB –	Marinha do Brasil
MRB –	<i>Mobile Riverine Base</i>
MRF –	<i>Mobile Riverine Force</i>
OpRib –	Operação Ribeirinha
PBR –	<i>Patrol Boat, River</i>
PDN –	Política de Defesa Nacional
PND –	Política Nacional de Defesa
TF –	<i>Task Force</i>
US Army –	<i>United States Army</i>

USN – *United States Navy*

USMC – *United States Marine Corps*

VAL-4 – *Light Attack Squadron 4*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONCEITOS NAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS	11
2.1 Operações Ribeirinhas	11
2.2 Área Ribeirinha.....	12
2.3 Ambiente ribeirinho	12
2.4 Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib).....	13
2.5 <i>Mobile Riverine Force</i>	13
2.6 <i>Riverine Warfare</i> e <i>River Warfare</i>	14
2.7 As Operações Ribeirinhas e a Guerrilha.....	15
3 AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA GUERRA DO VIETNÃ (1965-1970)	17
3.1 Origens da intervenção dos EUA no conflito	18
3.2 O Delta do Mekong	20
3.3 O inimigo na região do Delta do Mekong.....	22
3.4 A Contrainsurgência e a USN no Vietnã.....	24
3.5 <i>Mobile Riverine Force</i>	28
3.6 <i>Seawolves</i>	33
3.7 Conclusões Parciais	37
4 A DOCTRINA DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA MARINHA DO BRASIL	40
4.1 Os conceitos utilizados pela MB nas OpRib	41
4.2 Os meios empregados pela MB nas OpRib	43
4.3 O emprego conjunto nas OpRib no Brasil.....	45

4.4 O impasse estratégico nas OpRib	47
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	54
ANEXO A	57
ANEXO B	58
ANEXO C	59
ANEXO D	60
ANEXO E	61
ANEXO F	62
ANEXO G	63
ANEXO H	64
ANEXO I	65

1 INTRODUÇÃO

Em 21 de junho de 1968, dois navios de patrulha fluvial do *River Patrol Squadron Five*¹ da US Navy realizavam uma patrulha de rotina no rio My Tho, no Vietnã, quando notaram uma sampana², aparentemente se escondendo em um canal próximo. Perseguindo a pequena embarcação suspeita, eles rapidamente a capturaram e começaram a rebocá-la. Voltando ao rio principal com a embarcação capturada a reboque, os dois navios foram submetidos a uma “avalanche” de tiros de metralhadoras pesadas e foguetes. Eles haviam acabado de ser direcionados para uma emboscada vietcongue (EVANS, 2013).

Esses tipos de ação eram comuns nos rios do Vietnã, onde as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA) tinham a intenção de tentar sufocar a insurgência apoiada pelos soviéticos e chineses que estava tentando transformar o país em um estado comunista (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2014).

A Guerra do Vietnã (1955 – 1975) foi o maior episódio recente na história das Operações Ribeirinhas (OpRib) e um dos mais relevantes para os planos atuais das forças estadunidenses. O Vietnã, nesse contexto, foi palco de uma evolução do “estilo americano de guerra” e, sob certos aspectos, antecipou tendências que encontrariam plena expressão décadas mais tarde (MAGNOLLI, 2006). A relevância de se estudar as doutrinas utilizadas nesse conflito advém da importância do uso da história militar para explorar as tendências táticas, estratégicas e tecnológicas do passado, a fim de discernir a forma futura da guerra.

O objetivo deste trabalho é verificar os ensinamentos apreendidos nas Operações Ribeirinhas conduzidas pelas forças dos EUA durante a Guerra do Vietnã, com foco nos aspectos doutrinários, a fim de apresentar suas aplicabilidades nas Operações Ribeirinhas a

¹ Esquadrão de Patrulha Fluvial 5 (tradução nossa).

² Sampana é uma pequena embarcação com fundo chato, utilizada no Sudeste Asiático (ROONEY, 2002, p. 746, tradução nossa).

serem conduzidas pela Marinha do Brasil.

A metodologia utilizada aborda uma pesquisa documental e bibliográfica para, por meio de um estudo de caso de um relevante conflito do século passado, validar e questionar conceitos e situações vigentes no cenário militar naval brasileiro e na conjuntura política e estratégica nacional.

Para isto, este trabalho é estruturado em cinco capítulos e tem seu início nesta breve introdução. O capítulo dois contém os conceitos que serão abordados durante o trabalho, destacando algumas diferenças entre a doutrina de OpRib empregada pelas forças estadunidenses durante a Guerra do Vietnã e a utilizada pela Marinha do Brasil (MB). No capítulo três, é apresentada uma análise da campanha ribeirinha conduzida pelas forças dos EUA durante o conflito supracitado, com foco nos aspectos doutrinários e no seu emprego, de forma a extrair os ensinamentos para as posteriores OpRib. O capítulo quatro contextualiza o atual emprego doutrinário das OpRib pela MB, destacando suas particularidades, capacidades e conexões com os objetivos políticos e estratégicos nacionais. O trabalho finda com uma conclusão, analisando a aplicabilidade dos ensinamentos obtidos durante a Guerra do Vietnã na doutrina das OpRib aplicada pela MB, fornecendo implicações para uma capacidade ribeirinha presente e futura para atender possíveis contingências.

2 CONCEITOS NAS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

A fim de facilitar o entendimento das Operações Ribeirinhas executadas pelas forças estadunidenses na região do Delta do Rio Mekong, durante a Guerra do Vietnã, é importante estabelecer, inicialmente, alguns conceitos que serão utilizados no desenvolvimento deste trabalho. Serão apresentados, essencialmente, os conceitos definidos nos manuais da *United States Navy (USN)*, *United States Army (US Army)* e *United States Marine Corps (USMC)* e, quando for relevante, aqueles prescritos nos manuais utilizados pela Marinha do Brasil.

2.1 Operações Ribeirinhas

O MCWP 3-35.4 (ou NWP 13)³ estabelece a doutrina para as Operações Ribeirinhas conjuntas entre a USN e o USMC. O manual apresenta a seguinte definição para as Operações Ribeirinhas:

São operações conduzidas por forças organizadas para explorar as características únicas de uma Área Ribeirinha; localizar e destruir forças hostis; e/ou para conquistar ou manter o controle de uma Área Ribeirinha. Operações Ribeirinhas conjuntas combinam operações terrestres, navais e aéreas, conforme apropriado, e são adequadas à natureza da área ribeirinha específica na qual as operações devem ser conduzidas (EUA, 1987, p.A-1, tradução nossa)⁴.

Em seu contexto amplo, estas operações integram e empregam vários tipos de navios, embarcações, aeronaves, armamentos, forças navais e de fuzileiros navais em um esforço conjunto para buscar e/ou manter o controle de uma área costeira, ribeirinha ou de um

³ MCWP 3-35.4 / NWP 13 (*Marine Corps Warfighting Publication / Navy Warfighting Publication - Doctrine for Navy/Marine Corps Joint Riverine Operations*) é uma publicação que tem o propósito de estabelecer a doutrina que abrange o planejamento e a condução de todas as Operações Ribeirinhas conjuntas da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (EUA, 1987).

⁴ Tradução do original em inglês.

delta. São conduzidas sob comando único, como operações de força singular ou conjunta, destinadas a cumprir os objetivos de uma campanha ribeirinha (EUA, 1987).

2.2 Área Ribeirinha

Área Ribeirinha (ARib) é uma área interior, costeira ou de delta, compreendendo terra e água, caracterizada por limitadas linhas terrestres de comunicações, com extensa superfície hídrica e rede de vias navegáveis interiores que servem como rotas essenciais para transportes de superfície e como linhas de comunicação (EUA, 1987).

As áreas ribeirinhas podem incluir pântanos, deltas, sistemas fluviais, riachos, canais, áreas inundadas e outras massas de água que exerçam o meio predominante de transporte e de comunicações dentro de uma área geográfica.

2.3 Ambiente ribeirinho

A doutrina estadunidense das Operações Ribeirinhas categoriza os ambientes ribeirinhos em três tipos distintos. Os ambientes do tipo I compreendem cursos d'água de difícil navegação e que não são adequados para as OpRib, exceto para embarcações miúdas com pequenos calados. Os ambientes do tipo II são caracterizados por vários cursos d'água e afluentes navegáveis que podem ser explorados por embarcações maiores, porém com pequenos calados. Ambientes tipo III são dominados por cursos d'água e são navegáveis por navios com calados de mais de 20 pés (EUA, 1967).

Quando o rio encontra o mar, é difícil determinar onde o ambiente ribeirinho começa. Para fins práticos, é onde a embarcação fluvial pode operar continuamente, mesmo

sob influência do mar agitado. Portanto, as forças militares que operam nessas áreas devem considerar a utilidade das hidrovias para a mobilidade dentro da Área Ribeirinha em primeiro lugar, e relegar as águas costeiras para embarcações especialmente projetadas para tal ambiente.

Os manuais utilizados na MB restringem a descrição dos ambientes ribeirinhos apenas aos cenários amazônico e pantaneiro, detalhando as suas respectivas influências e impactos nas operações, nos recursos materiais e na tropa.

2.4 Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib)

É uma Força que tem uma organização temporária, a cujo Comandante são atribuídos meios navais, terrestres e aéreos, estruturados em organização por tarefas, para a execução de uma missão específica em uma ARib (BRASIL, 2005a).

Devido ao ambiente operacional em que se desenvolve uma OpRib, o efetivo de um grupo de combate básico em uma ForTaRib é geralmente menor do que o de uma operação terrestre, pois não há grandes áreas para as tropas se desdobrarem em terra e, assim, deve-se explorar a mobilidade das hidrovias para manobrar os efetivos na direção do inimigo.

2.5 *Mobile Riverine Force*

A *Mobile Riverine Force*⁵ (MRF) é uma denominação dada a uma força conjunta, composta por efetivos da USN e USMC treinados e equipados para conduzir Operações Ribeirinhas a partir de uma *Mobile Riverine Base* (MRB) (EUA, 1987).

⁵ Por não ter uma tradução compatível para a língua portuguesa, optou-se por manter a designação em inglês.

A principal vantagem de uma MRF é a capacidade de concentrar uma variedade considerável de forças para as operações em uma ARib, explorando as características das hidrovias para procurar e atacar alvos selecionados em qualquer parte desta área. Esta mobilidade é alcançada, principalmente, por embarcações ribeirinhas especializadas, mantendo o controle das linhas de comunicações aquaviárias e provendo transporte e apoio ao combate às forças componentes (EUA, 1987).

Tal conceito, desenvolvido e empregado com sucesso durante a Guerra do Vietnã pelas forças estadunidenses, não possui similaridade na doutrina utilizada pelas Forças Armadas brasileiras, ao contrário da maioria das definições aqui elucidadas.

2.6 Riverine Warfare e River Warfare

Os manuais utilizados pela USMC e USN estabelecem e conceituam, dentro de um cenário ribeirinho, dois tipos de combates distintos, a *Riverine Warfare* e a *River Warfare*. É importante ressaltar que estas conceituações específicas não existem nos manuais da Marinha do Brasil.

Riverine Warfare é uma forma especializada de combate, que envolve uma mistura de componentes navais e terrestres em um ambiente ribeirinho. É constituída por operações de combate e de apoio ao combate, associadas dentro do ambiente ribeirinho, podendo ser conduzidas por unidades navais, terrestres e aéreas de forma conjunta (FREITAS; TREADWAY, 1994).

River Warfare é um engajamento entre uma força naval e um oponente que utiliza as hidrovias ou as suas margens para combater, sendo a execução do combate essencialmente naval, não obstante o uso de embarcações miúdas dentro de águas restritas e interiores

(FREITAS; TREADWAY, 1994). Neste tipo de combate, o oponente pode frequentemente empregar artilharia ou minas para combater as embarcações navais que tentam controlar as hidrovias. A distinção principal para a *Riverine Warfare* é que, durante a *River Warfare*, as forças navais não operam em conjunto com forças terrestres, mas de forma independente.

2.7 As Operações Ribeirinhas e a Guerrilha

Apesar de não ser o foco principal deste trabalho, a Guerra de Guerrilha, ou Guerrilha, apresenta uma estreita relação com o conflito no Vietnã e, por isso, é preciso ser conceituada.

Assim, o Glossário das Forças Armadas define a Guerra de Guerrilha da seguinte forma:

Forma de guerra irregular que compreende as operações de combate executadas em território sob controle do inimigo, por forças predominantemente locais, de um modo militar ou paramilitar, a fim de reduzir a eficiência do governo estabelecido ou do poder de ocupação nos campos político, econômico, psicossocial e militar (BRASIL, 2007, pg. 124).

Posteriormente, analisando as características dos ambientes ribeirinhos e suas implicações nas operações conduzidas nessas regiões, será melhor detalhada a associação entre a guerra irregular e as OpRib.

Pelas conceituações apresentadas, observa-se que os conceitos utilizados pelas forças estadunidenses nas Operações Ribeirinhas possuem uma relativa similaridade aos aplicados pelas Forças Armadas brasileiras. Em outras palavras, é razoável supor que a doutrina de Operações Ribeirinhas utilizadas pela MB herdou uma grande influência da empregada pela USN e USMC na Guerra do Vietnã. Entretanto, podem ser destacadas algumas diferenças no emprego destas doutrinas.

De um modo geral, ao classificar os ambientes ribeirinhos em apenas dois tipos

(amazônico e pantaneiro), os manuais da MB denotam um caráter defensivo, não considerando o emprego de suas forças em uma OpRib realizada em locais diferentes dos cenários encontrados no território nacional. Esse caráter defensivo é corroborado pela Estratégia Nacional de Defesa (END) em vigor, que estabelece como uma de suas diretrizes a prioridade na defesa da região amazônica (BRASIL, 2012). Por outro lado, ao estabelecer um conceito genérico dos ambientes ribeirinhos, a doutrina estadunidense abarca qualquer área no globo terrestre, refletindo um caráter expedicionário em sua essência. O mais interessante desta conceituação estadunidense é que a classificação dos ambientes ribeirinhos é definida, basicamente, pelas suas influências nas operações e pelo tipo de embarcações que podem ser empregadas. Exemplificando, no cenário amazônico brasileiro podem ser encontrados os três tipos de ambientes ribeirinhos conceituados nos manuais estadunidenses.

Além disso, a doutrina brasileira não estabelece uma diferenciação conceitual entre o combate ribeirinho e o combate fluvial, como é observado nas definições de *River* e *Riverine Warfare*. Tal distinção, apesar de parecer apenas de nomenclatura, encobre um importante aspecto, quando se refere às relações de comando em um ambiente ribeirinho. Como as forças navais operam de forma independente de uma força terrestre em uma *River Warfare*, os meios empregados e as táticas de combate podem se diferenciar substancialmente dos utilizados em um *Riverine Warfare*.

Estabelecidos os conceitos doutrinários que serão utilizados no decorrer do trabalho, é fundamental que se elucide o emprego destas doutrinas no conflito em questão, analisando os resultados obtidos pelas forças estadunidenses durante a campanha ribeirinha no Delta do Mekong, para que se possa extrair os ensinamentos e os inúmeros aspectos de desenvolvimento das OpRib, como será exposto a seguir.

3 AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA GUERRA DO VIETNÃ (1965-1970)

Na noite de 20 de janeiro de 1969, cinco embarcações ribeirinhas da USN - um navio fortemente blindado liderando uma coluna de quatro lanchas de patrulha fluvial (*Patrol Boat, River* ou PBR⁶) de fibra de vidro – deixaram o Rio Mekong e entraram no Canal Kinh Dong Tien⁷. A missão principal da patrulha era interditar qualquer movimento de tropas inimigas ou suprimentos vindos do Camboja. As embarcações avançavam lentamente pelo canal, separadas entre si por uma distância de cinquenta a setenta e cinco metros. O canal era excepcionalmente estreito, com muitos pontos de estrangulamento tão apertados que mesmo os PBR, altamente manobráveis, não poderiam guinar, caso fossem atacados. Na noite anterior, uma patrulha semelhante havia sido emboscada nesse mesmo canal, onde um navio foi perdido e vários homens foram feridos (CUTLER, 1988).

Enquanto a patrulha fluvial avançava pelo canal, ninguém a bordo sabia que, mais a montante, ao longo das margens, homens esvaziavam sacolas de palha de arroz na água. O fluxo de maré vazante do canal transportava lentamente as palhas em direção às embarcações estadunidenses que se aproximavam, onde passavam, aparentemente de forma inofensiva, pelas hélices dos barcos e entupiam a entrada da bomba dos PBR. Os motores foram lentamente perdendo potência (CUTLER, 1988).

De repente, às 21:57, na parte mais estreita do canal, o silêncio foi interrompido por rajadas incessantes de fogos de metralhadoras pesadas e tiros de foguetes, vindos de ambas as margens. As embarcações não conseguiam manobrar devido à exiguidade de espaço, aos fogos inimigos ininterruptos e à baixa eficiência dos motores afetados pelas palhas jogadas ao rio.

⁶ *Patrol Boat, River* ou PBR, é a designação da USN para uma lancha-patrulha de casco rígido usado na Guerra do Vietnã de março de 1966 até o final de 1971 (MAROLDA; DUNNAVENT, 2015, p. 22).

⁷ Muitas das vezes, os vietcongues se deslocavam ao longo dos rios e canais em sampanas, mas como o Kinh Dong Tien corria paralelo à fronteira cambojana, seria mais provável tentar um cruzamento do canal do que penetrar mais profundamente no delta do Mekong (CUTLER, 1988, p. 4).

Enquanto a tripulação de uma embarcação atingida por um foguete se jogava ao rio em direção à margem, outra solicitava pelo rádio o apoio de fogo aéreo do esquadrão de helicópteros Seawolf (CUTLER, 1988).

Este caso é um exemplo típico de situações com as quais as forças estadunidenses se depararam durante as atividades militares na região do Delta do Mekong. Poder-se-á observar, posteriormente, que terrenos de difícil acesso como o ambiente ribeirinho, aliado à enorme disparidade de poderes combatentes, favoreceram a realização de uma Guerra de Guerrilha durante as Operações Ribeirinhas conduzidas no sul do Vietnã.

3.1 Origens da intervenção dos EUA no conflito

Embora o envolvimento dos EUA no Vietnã tenha começado em 1950, com orientação e limitada assistência militar às forças francesas e depois às sul-vietnamitas, no início da década de 1960, os líderes militares estadunidenses perceberam que a estabilização do Vietnã do Sul exigiria um maior esforço e participação de suas Forças Armadas. Em junho de 1961, o Chefe de Operações Navais (CNO) citou a necessidade urgente da Marinha dos EUA de assumir responsabilidades navais nas vias navegáveis e nos rios do Vietnã do Sul. Em 1964, o relatório Bucklew⁸ concluiu que o nível significativo de infiltração de suprimentos pelos rios e por mar para os vietcongues e a falta geral de resistência da Marinha sul-vietnamita justificavam uma maior presença naval dos EUA na região (DUNNAVENT, 1998).

O comandante geral das forças militares dos EUA no Vietnã, General Westmoreland, acreditava que, antes de 1965, os insurgentes vietcongues estavam recebendo 70% de seus

⁸ Nos estágios iniciais da Guerra do Vietnã, o Capitão Bucklew da USN, a mando do Almirante Harry D. Felt, Comandante em Chefe da Frota do Pacífico (CINCPAC), produziu um relatório no qual ele concluiu que os vietcongues faziam uso dos rios como rotas de suprimentos e tropas (CUTLER, 2000. p. 448).

suprimentos por infiltração marítima. Para impedir que o inimigo aumentasse suas forças no Vietnã do Sul, o General Westmoreland solicitou uma patrulha agressiva no mar, dando origem a uma Força de Vigilância Costeira, a Força-Tarefa 115 (*Task Force 115* ou TF 115). Essa operação de patrulha costeira, conduzida pela Marinha e Guarda Costeira dos EUA e pelas forças da Marinha Vietnamita, foi denominada Operação *Market Time* (SHERWOOD, 2015).

Embora as forças da TF 115 tenham se mostrado eficazes em eliminar amplamente a infiltração no mar ao longo da costa, as forças comunistas se adaptaram a outros meios. Os suprimentos continuavam fluindo para o sul pela trilha Ho Chi Minh, ou pelo porto de Sihanoukville, no Camboja, atravessando a fronteira e entrando no Delta do Mekong por meio de sua extensa rede de canais e hidrovias. Quando esses materiais de guerra fluíram para o Delta do Mekong, vindos do Camboja, o comando militar dos EUA, em 18 de dezembro de 1965, determinou o estabelecimento de uma Força-Tarefa de Patrulha Fluvial (TF 116), originando a Operação *Game Warden*. Apesar do sucesso da USN em interceptar a infiltração do inimigo, a força naval precisava de um elemento terrestre para localizar, cercar e destruir as unidades comunistas. Tradicionalmente, os fuzileiros navais dos EUA teriam constituído o componente terrestre em tal operação, mas já estavam totalmente comprometidos com a luta no norte do Vietnã do Sul. Assim, foi criada uma Força Conjunta da Marinha e do Exército estadunidense, a *Mobile Riverine Force* (TF 117) (MAROLDA; DUNNAVENT, 2015).

Embora a USN tenha participado de ações de superioridade aérea, interdição e bloqueio costeiro como parte importante da Guerra do Vietnã, apenas as operações realizadas em rios, lagos e canais fluviais em apoio às operações da MRF serão abordadas neste estudo. Observa-se que o controle do Delta do Mekong era essencial para o sucesso final do governo do Vietnã do Sul, porém a região apresentava muitas peculiaridades que provocaram uma série de adaptações dos meios, da doutrina e do emprego das Operações Ribeirinhas pelos EUA, como será descrito ao longo deste capítulo. Inicialmente, de forma a contextualizar a área de

operações onde se desenvolveram as ações, serão apresentadas as características do ambiente ribeirinho encontrado pelas forças estadunidenses no Vietnã.

3.2 O Delta do Mekong

O combate ribeirinho pode assumir tantas formas e estilos diferentes quanto às distintas vias navegáveis interiores e às diversas razões para o emprego das forças de combate nesta região. No Vietnã do Sul (FIG. 1), o “labirinto” de águas interiores (FIG. 2) impunha um extraordinário desafio ribeirinho e uma oportunidade inigualável para o emprego de forças navais e terrestres. Assim, o poder naval estadunidense teve que assumir uma grande variedade de formas para combater eficazmente as forças de guerrilha nesse ambiente único de combate representado pelas hidrovias interiores do Vietnã.

A região do Delta do Mekong (FIG. 3) se estende do sudoeste de Saigon até o Golfo da Tailândia e a fronteira com o Camboja. Com uma área de cerca de 40.000 quilômetros quadrados e um número estimado, à época, de oito milhões de habitantes, constituía cerca de um quarto da área terrestre total do Vietnã do Sul e representava cerca de metade da população do país. O delta é uma planície aluvial plana criada pelo rio Mekong e seus afluentes, onde a maior parte da superfície seca era coberta por arrozais (FIG. 4), tornando a área uma das mais produtivas do mundo em cultivo de arroz. Era, de longe, a região mais importante do Vietnã do Sul (FULTON, 1985).

O delta tinha péssimas linhas de comunicação terrestres e era atravessado por uma complexa rede de rios, canais, córregos e valas, onde a superfície baixa mal drenada foi sujeita a inundação extensa e prolongada. Havia apenas uma grande estrada de superfície rígida, a Rota 4, que se estendia do sul de Saigon para Ca Mau, atravessando o delta e ligando muitas das

idades maiores. O sistema hidroviário tornou necessária a construção frequente de pontes com capacidades, basicamente, na faixa de 10 a 20 toneladas. Em suma, a rede rodoviária era de uso limitado para operações militares e qualquer movimento terrestre fora das estradas era disponível apenas durante a estação seca – novembro a março – quando os arrozais estavam secos e suportavam veículos leves e peças de artilharia, pois durante a estação chuvosa – de maio a outubro – os arrozais eram inundados (FULTON, 1985).

Essa ampliação das vias navegáveis durante a estação chuvosa limitava muito a quantidade de terra firme para o posicionamento de peças de artilharia. Além disso, o movimento de tropas e veículos causava danos às culturas e sistemas de drenagem, sendo impopular entre os agricultores ribeirinhos. A alta umidade e a extensa inundação agravavam os problemas de saúde dos militares, que permaneciam constantemente com os pés molhados devido às frequentes travessias de água. Em virtude da ausência de estradas, era necessário carregar nas mochilas uma quantidade grande de munição e armas que, somada ao calor característico da região, aumentavam consideravelmente o desgaste das tropas durante as operações (EUA, 1969).

As Operações Ribeirinhas no delta também tiveram que lidar com a forte influência das marés ao longo das vias navegáveis interiores da região. As diferentes velocidades das correntes nos rios causadas pelas variações de marés e a natureza complexa das hidrovias interligadas tornavam imprevisíveis os seus efeitos e extremamente dificultado o planejamento para as operações nessa região (EUA, 1969).

Por todas essas características, era difícil basear em terra as tropas no Delta do Mekong, já que o terreno firme era limitado. Havia, relativamente, poucas áreas no delta que ficavam distantes de uma via navegável e, ao mesmo tempo, as necessidades militares de bases terrestres tendiam a conflitar com as necessidades da população, de modo que uma base

flutuante oferecia uma clara vantagem. Em suma, o Delta do Mekong era bem adequado para o emprego das Operações Ribeirinhas.

Por outro lado, a natureza única do delta favorecia também as operações de guerrilha. As terras de arroz pantanosas e as selvas densas contrastantes restringiam severamente a mobilidade das forças militares convencionais. Nesse sentido, a insurgência liderada pelos comunistas, em meio aos extensos sistemas de comunicação hidroviária no interior do Vietnã, conduziu o emprego das Operações Ribeirinhas a uma importância marcante. Tornou-se uma espécie de Guerra de Guerrilha no ambiente da Marinha – a água – contra um guerrilheiro comunista totalmente desenvolvido, como será descrito a seguir.

3.3 O inimigo na região do Delta do Mekong

O presidente dos EUA John F. Kennedy descreveu adequadamente o que as tropas estadunidenses enfrentaram no Vietnã:

... outro tipo de guerra – nova em intensidade, antiga em sua origem – guerra de guerrilheiros, subversivos, insurgentes, assassinos – guerra por emboscada em vez de agressão - buscando vitória por meio de erosão e exaustão do inimigo em vez de engajá-lo (EUA, 1969, p. 38, tradução nossa)⁹.

Como em outras partes do Vietnã, o vietcongue tinha, em 1966 e no início de 1967, uma organização política e militar no delta. Em meados de 1966, a força estimada dos vietcongues na área do delta era de 82.545 homens. Destes, 19.270 eram tropas de combate, 1.290 eram tropas de apoio, 50.765 eram guerrilheiros locais de meio expediente e 11.220 estavam trabalhando em quadros políticos. Na época, nenhuma força do Exército do Vietnã do Norte foi identificada nessa região. No verão de 1966, a inteligência estadunidense calculou

⁹ Tradução do original em inglês.

que as forças militares vietcongues organizadas no Delta do Mekong consistiam em três regimentos, 28 batalhões (oito dos quais estavam nos regimentos), 69 companhias separadas e 11 pelotões isolados (FULTON, 1985).

A vegetação densa ao longo de muitas das hidrovias limitava a visibilidade e fornecia uma excelente cobertura para os guerrilheiros vietcongues que se encontravam em posições de emboscada ao longo das margens. Vegetação flutuante e águas altamente sedimentadas serviam para esconder as minas flutuantes ou subaquáticas, aumentando a ameaça das margens do rio e dos canais. Não era incomum que um engajamento com os guerrilheiros começasse com a detonação de uma mina naval, seguida de fogos de armas automáticas a curtas distâncias (EUA, 1969).

A logística vietcongue dependia do apoio da população, da captura de unidades do Vietnã do Sul e de suprimentos fornecidos pela República Democrática do Vietnã – principalmente armas e munições – infiltrados pelo mar ou por terra, oriundos do Camboja. Áreas controladas pelos vietcongues no interior das planícies e florestas eram utilizadas para suas instalações políticas, militares, logísticas e de treinamento. As forças vietcongues estavam muito bem armadas, possuindo cópias do fuzil de assalto AK-47, do fuzil semiautomático SKS e da metralhadora leve RPD, todos de calibre 7,62 milímetros e de origem na ex-União Soviética, mas produzidos pelos comunistas chineses, além de um lançador de granadas anticarro RPG-2, uma arma poderosa contra embarcações ribeirinhas (FULTON, 1985).

As características da Área Ribeirinha encontrada na região do Delta do Mekong, bem como o considerável efetivo de tropas vietcongues disposto no local, com seus numerosos armamentos, seu conhecimento da região e as atividades que vinham desempenhando, desafiaram as forças dos EUA em realizar suas Operações Ribeirinhas contra um inimigo não

convencional, tornando inevitável a execução de Operações Contra guerrilha¹⁰ em meio a um ambiente fluvial. Apesar de as atividades de contrainsurgência serem, geralmente, utilizadas pelas tropas terrestres, uma variedade de tarefas de extrema relevância contra a guerrilha pôde ser desempenhada pela Marinha durante as operações no delta.

3.4 A Contrainsurgência e a USN no Vietnã

Segundo CROSS (1963) existem três condições necessárias para o emprego da Guerra de Guerrilha. A primeira é uma mobilidade guerrilheira maior do que as forças militares convencionais que se opõem a ela. A segunda é um conhecimento detalhado do campo onde a luta acontece. Sendo nativos do campo de batalha, os guerrilheiros provavelmente o conhecerão melhor do que os soldados que entram na região para restaurar a ordem. A terceira condição necessária é um serviço de inteligência melhor do que o das forças governamentais. As táticas ribeirinhas convencionais visam, dos três requisitos necessários para a sustentação da Guerra de Guerrilha, apenas uma: a mobilidade do inimigo ao longo das vias fluviais. Porém, a mobilidade depende do conhecimento do campo, o que decorre de uma capacidade efetiva de inteligência. A efetividade dessa capacidade de inteligência advém do apoio da população que habita o respectivo campo. Esse apoio facilita a tentativa da guerrilha de explorar as vantagens de uma maior mobilidade, melhor conhecimento local do campo e uma melhor capacidade de inteligência do que a força de ocupação. Portanto, dentro da Área Ribeirinha, os habitantes fornecem os elementos essenciais para um movimento de insurgência: suprimentos, recrutas e inteligência.

¹⁰CONTRAGUERRILHA – Operações realizadas com a missão de neutralizar, destruir ou capturar a força de guerrilha inimiga e eliminar a organização do movimento revolucionário, na área de operações (BRASIL, 2007, p. 66).

Nesse contexto, a abordagem não convencional para o controle das áreas ribeirinhas centra-se no domínio do "aspecto humano", ou seja, as pessoas. As táticas de guerrilhas concentram-se em empregar um nível específico de força, coerção ou terrorismo contra uma população específica de uma região para obter um nível de apoio. Assim, o objetivo final de ambos os lados na Guerra de Guerrilha é o controle do povo ribeirinho.

Para ter sucesso, qualquer força que lute contra a ação da guerrilha deve não apenas derrotar os insurgentes militarmente, mas também angariar, politicamente, a simpatia da população e garantir a existência de uma ordem social e governo aceitáveis.

As operações militares nas hidrovias do Delta do Mekong tinham que ser dirigidas pelo cotidiano dos ribeirinhos que viviam no delta. O delta era densamente povoado: tinha uma média de cerca de 200 habitantes por quilômetro quadrado, sendo que as pessoas estavam concentradas ao longo das margens das vias navegáveis, que constituíam as principais rotas de transposição das tropas. O transporte, essencial para as pessoas e para a economia nacional, sentiu o impacto das operações militares e os líderes militares dos EUA foram obrigados a manobrar suas forças para interferir o mínimo possível com o fluxo normal de transporte civil (FULTON, 1985).

Onde as pessoas viviam havia árvores e arbustos cultivados que ofereciam proteção a um inimigo que buscava ocultação. Dessa forma, os engajamentos militares frequentemente ocorriam em áreas populosas. A alta densidade populacional dificultava a ocultação da atividade militar e a obtenção da surpresa; fraquezas podiam ser notadas e informações passadas para o inimigo, movimentos podiam ser observados antes que eles pudessem alcançar os seus propósitos (FULTON, 1985).

Em qualquer situação de contrainsurgência, o Poder Naval tem três principais objetivos: a prevenção de infiltrações, tanto vindas de fora do país, quanto de uma área controlada por insurgentes para outra dentro do território; a condução de operações em águas

navegáveis interiores; e o transporte de pessoal e equipamentos. Além disso, existe uma variedade de outras atividades que a Marinha pode desenvolver em uma Guerra de Guerrilha. Em qualquer lugar que os navios possam atracar ou encalhar, podem ser conduzidos os fundamentos da contrainsurgência – ações psicológicas e cívicas. Sob a proteção dos armamentos dos navios, podem ser enviadas equipes médicas para tratar os moradores da localidade, materiais de construção, podem ser distribuídos panfletos de propaganda e realizadas palestras para as pessoas da cidade, de forma simultânea (EUA, 1972).

Um dos primeiros passos para derrotar um inimigo que está travando a Guerra de Guerrilha é isolá-lo, interditando suas linhas de abastecimento e buscando o estrito controle de pessoal e de recursos. As forças navais no Vietnã desempenharam um papel vital na execução dessas medidas. As forças de vigilância costeiras formavam uma barreira minuciosa contra a infiltração de pessoal e armas por mar e as patrulhas fluviais mantinham uma vigilância cuidadosa sobre as milhares de sampanas que transportavam mercadorias e pessoas ao longo das centenas de quilômetros de vias navegáveis interiores (EUA, 1969).

Para atingir esses propósitos, o governo Kennedy concluiu que, além de fornecer ajuda militar e orientações aos aliados em sua luta contra as "guerras de libertação nacional" comunistas, poderiam ser necessárias unidades estadunidenses especialmente treinadas para combater a ofensiva político-militar do inimigo. Para isso, a partir de 1961, foi intensificado o esforço estadunidense para desenvolver unidades de contrainsurgência especializadas nas Forças Armadas dos EUA (MAROLDA, 1994).

Ao longo de 1963 e 1964, a USN enviou destacamentos SEAL¹¹, com o objetivo de realizar operações de guerrilha e contra guerrilha nos rios, canais, portos e áreas adjacentes, além de treinar forças estadunidenses e aliadas para operações especiais no Vietnã do Sul. Na

¹¹ Equipe SEAL - Força da Marinha dos EUA organizada, treinada e equipada para conduzir operações especiais, com ênfase em ambientes marítimos, costeiros e ribeirinhos (MAROLDA, 1994, p. 31).

mesma época, o CNO autorizou o estabelecimento de outro tipo de unidade, destinada a combater as insurgências comunistas por meio de programas de ação cívica. Os 13 *Seabee Technical Assistance Teams* (STAT)¹² foram formados para ajudar a conquistar o apoio de ribeirinhos para seus governos, separando-os dos vietcongues e abrigando-os em aldeias defendidas, onde construíram casas, escolas, hospitais, estradas, pontes e poços d'água. Além disso, construíram instalações militares para as forças dos EUA e aliadas (MAROLDA, 1994).

A USN deu outros passos para preparar suas forças para a contrainsurgência e o conflito de contraguerrilha. Alguns navios-patrolha da Guerra da Coreia foram reativados e rearmados com canhões e metralhadoras; outros navios foram adquiridos, como os modernos PTB (*Patrol Torpedo Boat*) *Nasty*, que possuindo 80 pés e desenvolvendo 41 nós, eram considerados ideais para o ambiente sul-vietnamita. Ao mesmo tempo, a Marinha dos EUA realocou submarinos de transporte para desembarcar e deslocar equipes SEAL para operações de reconhecimento e resgate em águas inimigas (MAROLDA, 1994).

O trabalho singular das forças especiais da USN proporcionou bons resultados, mas dispunham de um número limitado e insuficiente de tropas e suas ações indiretas receberam um grau de importância menor no conjunto da estratégia militar estadunidense (VISACRO, 2009). Em um cenário ribeirinho que orientava a aplicação predominante de uma doutrina de contraguerrilha, a USN soube adaptar adequadamente suas forças, conciliando ações efetivas de contrainsurgência e métodos militares convencionais. Essa adequação pode ser bem elucidada durante as atividades da *Mobile Riverine Force*.

¹² As equipes *Seabee* são unidades estadunidenses pequenas, altamente móveis e aerotransportáveis, que podem ser empregadas em outros países, em curto prazo, em missões de engenharia para países que necessitem de algum tipo de assistência de construção ou que requeiram ajuda emergencial por desastres naturais (MAROLDA, 1994, p. 33).

3.5 *Mobile Riverine Force*

As operações *Market Time* e *Game Warden* foram bem-sucedidas em suas missões, dificultando a mobilidade e a logística do inimigo, mas não conseguiram eliminá-lo ou expulsá-lo do Delta do Mekong. Os vietcongues mudaram-se para os canais e cursos d'água menores para evitar as eficientes patrulhas fluviais dos EUA e retiraram-se ainda mais para áreas protegidas. Para expulsar ou eliminar as forças inimigas dos EUA na região, estabelecendo o controle no delta, as tropas estadunidenses tiveram que atuar não apenas ao longo dos cursos de água e das margens dos rios. Uma força substancial era necessária para se deslocar para a área interior terrestre para localizar e destruir as tropas vietcongues.

No final de 1966, o secretário de Defesa, Robert McNamara, aprovou a formação da Força-Tarefa 117, a *Mobile Riverine Force*. A MRF consistia em um componente naval e um componente terrestre. A escolha óbvia de se juntar à USN seria a do USMC, porém os Fuzileiros Navais estavam amplamente comprometidos nas ações no Vietnã do Norte. Portanto, a 9ª Divisão de Infantaria do Exército dos EUA foi selecionada para desguarnecer seus veículos e embarcar nos navios e nas embarcações de desembarque da MRF (BONDS, 1979).

A missão da MRF era a de conduzir Operações Ribeirinhas no Delta do Mekong para destruir as principais unidades de força locais dos vietcongues e seus recursos, a fim de ajudar o Governo da República do Vietnã a ampliar o controle de sistemas hidroviários e áreas terrestres contíguas. Em outros termos, era uma missão de "busca e destruição", em que os seus planejadores nunca trataram de questões de pacificação da região. Pode-se argumentar que as missões de "busca e destruição" e de pacificação não eram compatíveis e, portanto, não poderiam ser discutidas em conjunto. No entanto, como a pacificação era o principal objetivo estratégico no populoso delta, o efeito negativo desse tipo de missão na pacificação deveria ter sido analisado de perto e as operações conduzidas de forma a minimizar esse impacto

(DUNNAVENT, 1998).

O conceito operacional de MRF estabelecia que as tropas fossem transportadas para a área de operações pelas embarcações de desembarque. Uma vez que as tropas estivessem em terra, os fogos de armas pesadas instaladas nos navios, bem como as unidades de artilharia flutuantes, os apoiariam. As MRF operavam a partir de *Mobile Riverine Bases*¹³ (FIG. 5), consistindo de dois navios-alojamento (*Barracks Ships*), duas chatas não propulsadas, dois navios de desembarque (*Landing Ship Tank, LST*) e dois rebocadores portuários. A MRB proporcionou uma enorme flexibilidade, devido à capacidade de mover-se fisicamente para uma região mais segura ou mais adequada dentro da área de operações (MAROLDA, 1994).

A MRF conseguiu aproveitar os meios existentes para criar a sua frota. A principal embarcação utilizada foi o Navio de Transporte de Tropas Blindado (*Armored Troop Carrier – ATC*). Este navio foi originado do LCM-6 (*Landing Craft Medium*), onde foram acrescentadas uma blindagem robusta e barras de ferro soldadas à estrutura para fornecer proteção contra as granadas propelidas por foguetes. A embarcação tinha fundo chato, pouco calado e uma rampa de proa, o que a tornava ideal para as tropas de desembarque nas margens do rio. Vários desses ATC foram adaptados com convoos para operações com helicópteros, criando o ATC (H). Estes navios tornaram-se críticos para as Operações Ribeirinhas, porque a maioria das demais embarcações não possuía áreas de pouso de helicóptero, para reabastecimento ou uma evacuação médica mais crítica (FIG. 6). Durante uma operação típica da MRF, as tropas do Exército eram levadas para a batalha nesses ATC. Cada um desses navios robustos podia transportar e fornecer apoio a um pelotão inteiro de infantaria (40 militares) e atravessar qualquer via navegável com mais de cinco pés de profundidade. Protegido contra o fogo inimigo por uma blindagem especial de aço duro, cada ATC carregava um pequeno arsenal de

¹³ *Mobile Riverine Base* ou MRB é uma base constituída por navios e embarcações, instalada em um rio largo, para acomodar tropas no valor de uma brigada e fornecer manutenção e apoio logístico para as operações de assalto ribeirinho (SHERWOOD, 2015, p. 168).

armas de curto alcance que fazia dele uma ameaça ofensiva significativa (EUA, 1969).

O segundo navio em importância foi o Monitor (FIG. 7). Estes também eram navios LCM-6 modificados com um canhão de 40 mm, um de 20 mm, duas metralhadoras de calibre .50, um morteiro de 81 mm, quatro metralhadoras de calibre .20 e dois lançadores de granadas (EUA, 1969).

A terceira embarcação, o Navio Patrulha de Assalto e Apoio (*Assault Support Patrol Boat - ASPB*), foi a única construída especialmente para a missão. Era semelhante ao Monitor em seu armamento, exceto pela ausência do canhão de 40 mm, que o tornava muito mais leve e rápido. Provavelmente, a embarcação mais inovadora usada foi a barca de artilharia. A 9ª Divisão de Infantaria tinha sua artilharia orgânica, entretanto era muito complicado operá-la. Os militares da MRF construíram chatas de artilharia, que podiam transportar dois obuses de 105mm. Para apoiar as operações, elas eram rebocadas e amarradas às margens do rio (CUTLER, 1988).

Outras inovações foram empreendidas durante as operações na MRF, dentre elas um helicóptero para coordenação tática da manobra dos meios nos rios. A capacidade de coordenar operações a partir do ar provou ser essencial na tarefa de alertar os comandantes de Grupos-Tarefa dos perigos iminentes para sua força e informar a localização de forças amigas, ao mesmo tempo que proporcionava retransmissão de comunicações. Uma outra novidade foi a instalação de um veículo blindado de transporte M-132-A1 equipado com lança-chamas em um ATC. O novo armamento, apelidado de “Zippo” (FIG. 8), produziu um efeito psicológico considerável nos vietcongues e foi utilizado em diversas operações no batimento das margens dos rios (EUA, 1972).

Na história das Operações Ribeirinhas conduzidas pelos EUA, o emprego conjunto de unidades terrestres e da Marinha já havia ocorrido e, embora as unidades de uma Força não pudessem operar efetivamente sem a outra, as relações de comando eram independentes. Os

Comandantes das forças navais e terrestres coordenavam suas ações confiando em um espírito de cooperação, não possuindo uma estrutura de comando unificada ou uma doutrina conjunta. O sucesso das campanhas dependia principalmente da capacidade dos comandantes em cooperar e coordenar seus esforços (CUTLER, 1988).

Essas formas de relacionamento entre as forças em uma Operação Ribeirinha conjunta permaneceram durante a MRF. A relação entre o elemento do Exército e o da Marinha era de coordenação e/ou apoio mútuo, enquanto cada elemento permanecia sob a cadeia operacional de comando de sua própria Força. A TF 117 respondia diretamente ao Comandante das Forças Navais do Vietnã, enquanto o elemento do Exército ficava sob o controle operacional do Segundo Comando Geral de Forças Terrestres do Vietnã. Devido a essa relação de comando, baseada mais na cooperação mútua e menos no controle operacional, certos compromissos ou acordos tiveram que ser feitos. Com vistas à unidade de comando, houve situações predeterminadas em que uma Força foi designada para estar no comando durante uma operação. Por exemplo, durante o deslocamento da Base de Combate Flutuante, a MRF estava sob o comando do oficial naval mais antigo embarcado e a responsabilidade por sua defesa era da Marinha. Enquanto estacionado, o Exército tinha a responsabilidade de defender a base (DUNNAVENT, 1998).

Entretanto, as operações de assalto ribeirinho proporcionaram muitas dificuldades de comando e controle. As operações tinham que ser planejadas em um ambiente conjunto, envolvendo uma estreita coordenação e cooperação entre os dois elementos. Ao conduzir uma operação de assalto ribeirinho, o comandante do Exército tinha controle operacional das forças terrestres envolvidas, enquanto o comandante da Marinha tinha controle operacional das forças navais envolvidas. Cada comandante de cada escalão teria que coordenar com o seu homólogo do outro elemento, mas as diferenças entre as forças causavam alguns contratemplos. Por exemplo, cada ATC poderia levar um pelotão, porém o líder do pelotão era, normalmente, um

oficial e o comandante da embarcação era um militar alistado. Essas divergências de subordinação existiam em quase todos os níveis, dos mais baixos até a Brigada e a Flotilha (DUNNAVENT, 1998).

O conceito de MRF foi um sucesso tático e operacional desenfreado, quer seja analisado sob uma perspectiva de “contagem de corpos” ou sob o aspecto estratégico do controle que as forças ribeirinhas puderam recuperar dos vietcongues. Em 1967, a MRF se envolveu em cinco grandes ações, matando mais de mil pessoas. Nos primeiros dias do MRF, emboscadas usando RPG e rifles eram comuns e os vietcongues operavam regularmente em unidades do tamanho de um batalhão. Em 1968, os encontros com inimigos haviam diminuído drasticamente, assim como o tamanho das unidades inimigas encontradas. A presença do MRF no norte do Delta do Mekong mudou significativamente o equilíbrio de poder, permitindo o estabelecimento de bases em áreas estratégicas para o fluxo logístico inimigo. Além disso, os sucessos da MRF levaram à reabertura da Rota 4, restabelecendo a única grande linha terrestre de comunicação na região (CUTLER, 1988).

Embora a MRF fosse operacional e taticamente muito bem-sucedida, os objetivos estratégicos de pacificação entraram em vigor após o primeiro ano de operações, acabando por neutralizar a capacidade ofensiva da TF 117. A MRF operou de fevereiro de 1967 a agosto de 1969, sendo que no primeiro ano teve um sucesso promissor, derrubando o equilíbrio de poder na porção norte do Delta do Mekong em favor das Forças dos EUA e do Vietnã do Sul. Porém, durante o ano seguinte, os efeitos colaterais causados nas populações ribeirinhas pelas ações de busca e destruição levaram a um enfraquecimento da MRF até a sua dissolução (MAROLDA, 1994).

Observa-se que, no momento de sua implantação, a MRF não tinha uma doutrina acordada ou metodologia formalizada para ditar a condução das operações ribeirinhas. A importância de uma doutrina estabelecida reside no seu uso como base para o treinamento, além

de fornecer uma estrutura para operações de planejamento. Apesar de reconhecerem a importância de uma doutrina ribeirinha conjunta, essa proposta só foi consolidada ao final da Guerra do Vietnã, como um dos legados importantes deixados.

Como a primeira unidade moderna ribeirinha nas Forças Armadas dos EUA, os homens da MRF mostraram-se bastante engenhosos quando tiveram de se adaptar à sua missão. Várias modificações foram feitas nas embarcações do MRF para fornecer recursos adicionais. Nesse sentido, é notória a capacidade de adaptação das Forças dos EUA no desenvolvimento de doutrinas, táticas, técnicas e, principalmente, de novos meios para se ajustar a uma nova situação. Assim, é seguro afirmar que o conceito e a execução real da *Mobile Riverine Force* foram inovadores, apropriados à situação vigente e taticamente sólidos.

3.6 Seawolves

O maior perigo que as forças ribeirinhas enfrentavam no Vietnã do Sul era a emboscada. Helicópteros, com sua capacidade de enxergar além das curvas do rio e sobre fileiras de árvores, rapidamente emergiram como uma das defesas mais eficazes da USN contra esse perigo sempre presente. Desde 1962, o US Army vinha implementando os helicópteros de guerra UH-1 Iroquois, os chamados Hueys, no Vietnã, para proteger as formações de infantaria no terreno, limpar as áreas de pouso e fornecer cobertura aérea às evacuações aeromédicas. A associação da Marinha com essas aeronaves começou em 1966 e continuou durante a guerra. Serviu como uma plataforma de apoio de fogo ideal, se não indispensável, para as Operações Ribeirinhas nos rios do Vietnã do Sul (SHERWOOD, 2015).

Em comparação com a maioria das outras áreas do Vietnã, o Delta do Mekong era favorável para operações aéreas, uma vez que as zonas de pouso eram abundantes e o tempo

raramente impedia o uso de helicópteros, no entanto, quando as tropas desembarcavam, seu movimento ficava demasiado restrito devido aos rios, pântanos, córregos e valas (FULTON, 1985).

O Exército dos EUA forneceu, inicialmente, dois Esquadrões de UH-1 para a Marinha, para apoiar a primeira operação de assalto ribeirinho da guerra. O US Army também forneceu treinamento, manutenção de escalão superior e peças de reposição para os helicópteros. Para proporcionar uma cobertura aérea eficaz para todas as forças de PBR que operavam no Delta do Mekong, a unidade foi dividida em destacamentos aéreos espalhados pela parte sul do Vietnã do Sul. Inicialmente, os destacamentos eram instalados em bases terrestres e duas aeronaves de cada vez se revezavam nas bases flutuantes. Cada destacamento continha dois helicópteros, oito pilotos, oito tripulantes e oito militares de apoio terrestre. As equipes se revezavam em alerta para os turnos de 24 horas, oferecendo apoio aéreo ininterrupto, ao dia e à noite, em todas as áreas de operação. Em 1º de abril de 1967, os quatro destacamentos do HC-1 (*Helicopter Combat Support Squadron 1*) baseados no Vietnã tornaram-se HAL-3 (*Helicopter Attack Squadron (Light) 3*) e foram apelidados de “Seawolves”. Em maio de 1968, o HAL-3 tornou-se um dos maiores Esquadrões da Marinha, com um efetivo de 103 oficiais, 330 tripulantes e 433 militares de apoio terrestre. O repertório de missões dos Seawolves incluía não apenas apoio aéreo aproximado, mas também inserções de tropas dos SEAL e de Forças Especiais do Exército, evacuações aeromédicas e até missões de ação cívica (SHERWOOD, 2015).

Os pilotos da USN foram enviados para o Vietnã para treinamento e familiarização com o UH-1 fornecido pelo Exército. Os pilotos realizaram, inicialmente, missões operacionais como copilotos junto aos pilotos do Exército, até serem considerados competentes o suficiente para se tornarem comandantes de aeronaves de helicópteros. Um dos grandes pontos fortes que os pilotos da Marinha trouxeram para o Vietnã foi o excelente treinamento de voo por

instrumentos e a familiaridade de voar à noite e com mau tempo. Com o tempo, a competência dos Seawolves no ataque noturno eclipsaria a de muitas unidades similares do Exército dos EUA (SHERWOOD, 2015).

As aeronaves UH-1 (FIG. 9) fornecidas pelo US Army ao HC-1 eram robustas, confiáveis e bem adaptadas ao ambiente de combate do Delta do Rio Mekong. Propulsada por um único motor turbinado, a aeronave transportava uma tripulação de quatro pessoas: piloto, copiloto, atirador de porta e chefe da tripulação (que também servia como atirador de segunda porta). A adaptação dessas aeronaves envolveu a adição de metralhadoras laterais M60 e um radar-altímetro, essencial para as operações noturnas e de mau tempo. O armamento externo consistia em quatro metralhadoras axiais M60 (duas de cada lado), controladas eletronicamente e disparadas pelo copiloto. Dois lançadores de foguetes, cada um com sete foguetes, foram montados em cada lado da aeronave. Os foguetes vinham com detonadores de proximidade e podiam ser usados efetivamente contra veículos; as versões de fósforo branco eram ideais para iniciar incêndios; e as munições *flechette*, cada uma com 2.400 projéteis de aço de uma polegada de comprimento, poderiam devastar uma formação de tropas inimigas. Além dessas armas, tripulantes carregavam uma variedade de armas portáteis, desde rifles M16 até granadas de mão (FULTON, 1985).

Uma vantagem frequentemente negligenciada dos helicópteros era a sua possibilidade de aprimoramento das comunicações. Cada aeronave transportava rádios UHF, VHF e FM, permitindo que um piloto ou copiloto conversasse com as tropas no solo, centros de operações táticas, navios de apoio, forças especiais, forças aéreas e outras unidades. Em alguns casos, um líder de esquadrilha assumia o papel de “comandante na cena de ação”, porque ele era o único gerente do campo de batalha capaz de se comunicar com todas as unidades no espaço de um combate multidimensional (SHERWOOD, 2015).

Desde o início, os Seawolves foram projetados como uma força de reação rápida. Dois destacamentos aéreos ficavam alertas em turnos de 24 horas e respondiam a pedidos de apoio aéreo aproximado a até 80 quilômetros de distância de sua base. Os pedidos podiam ser feitos a qualquer hora do dia ou da noite, com tempo bom ou não. Algumas missões duraram no máximo cinco minutos, e outras poderiam durar mais de uma hora. Assim que uma unidade completava uma missão, todos os tripulantes (incluindo o piloto e o copiloto) trabalhavam insistentemente para recarregar e reabastecer a aeronave, às vezes, ainda com o motor em funcionamento. Quando não estavam em alerta, as tripulações realizavam a manutenção das aeronaves e participavam de operações de proteção das bases terrestres, fazendo buscas nos rios e canais (SHERWOOD, 2015).

Apesar das operações coordenadas efetivas entre os navios de patrulha e os Seawolves, a Marinha queria uma plataforma aérea que preencheria a lacuna entre o helicóptero, que era lento, apesar de preciso, e o apoio de aeronaves a jato, que poderia empregar uma grande quantidade de artefatos em um curto período, mas com precisão questionável. Em abril de 1969, o Quarto Esquadrão de Ataque Leve da Marinha (VAL-4), equipado com 14 OV-10 Broncos¹⁴, chegou de San Diego e iniciou suas operações no delta. Também conhecidos como os “Black Ponies”, os papéis do VAL-4 incluíam ataques pré-planejados, cobertura aérea de navios e uma prontidão de 24 horas para fornecer apoio aéreo aproximado diurno ou noturno (DUNNAVENT, 1998).

O emprego com sucesso dos Seawolves evidenciou a importância deste vetor aéreo para as Operações Ribeirinhas. Em um ambiente ribeirinho com severas restrições à mobilidade e à logística e contra um inimigo que conduzia atividades de guerrilha, as aeronaves foram essenciais não só para o apoio de fogo aéreo, como para ampliar a mobilidade das tropas, aprimorar as funções de Comando e Controle, realizar evacuações aeromédicas, entre outras

¹⁴ O norte-americano Rockwell OV-10 Bronco é um avião turboélice de ataque leve e observação estadunidense.

missões. É importante destacar as adaptações feitas às aeronaves e aos demais meios aeronavais para atender às circunstâncias operativas que o ambiente impunha, bem como à prontidão ininterrupta e a qualquer tempo dos seus operadores.

3.7 Conclusões Parciais

Não restam dúvidas sobre a estreita relação entre as Operações Ribeirinhas e as atividades de guerrilha. As dificuldades de se dispor um grande efetivo de tropas convencionais em um ambiente ribeirinho diminuí as desigualdades entre as forças, favorecendo o emprego de ações de guerrilha por grupos insurgentes. Além disso, as características do terreno encontradas limitam severamente a mobilidade das tropas convencionais e oferecem abrigo e cobertura para tropas infiltradas, propiciando o uso de emboscadas.

A evolução das forças ribeirinhas dos EUA no Vietnã está repleta de ensinamentos, tanto para a estrutura da força quanto para a condução das operações. Um desses aprendizados, obtidos pela experiência da MRF e da TF 117, é que a prontidão e a preparação salvam vidas e facilitam a conquista da vitória. Com pouca experiência de combate fluvial moderno e nenhuma doutrina própria a seguir, a USN provou ser hábil em organizar, equipar, treinar, posicionar e fornecer forças prontas para o combate. A Força habilmente adaptou antigas embarcações civis, como o PBR, embarcações anfíbias e aeronaves para a missão de combate ribeirinho.

A Força-Tarefa 117 demonstrou, também, as grandes vantagens obtidas com a surpresa e a mobilidade usando o conceito inovador de MRB para as forças fluviais. Foram desenvolvidas táticas e procedimentos mais eficazes com base nas experiências de cada unidade, que variavam de acordo com a área geográfica ou ambiente físico, em que, normalmente, não havia uma única solução para as inúmeras situações apresentadas.

As operações da MRF mostraram que embarcações fortemente armadas e blindadas são necessárias para a eficácia em ambientes restritos, onde o inimigo provavelmente estabelecerá sua infraestrutura de apoio. A MRF também capitalizou as vantagens da integração com o vetor aéreo em conter um inimigo guerrilheiro homiziado, de forma a forçá-lo a entrar em combate.

As unidades da MRF que executavam as missões de "busca e destruição" obtiveram sucesso tático e operacional indiscutível na maioria das operações, mas seu efeito contraproducente na pacificação ressaltou a necessidade de integrar objetivos estratégicos ao planejamento desde o início da campanha. As operações da MRF destacaram que estes tipos de missões produzem apenas um sucesso temporário, a menos que sejam seguidas por uma presença sustentada.

Durante a Guerra do Vietnã e mesmo após a dissolução da Força Ribeirinha dos EUA com o fim do conflito, as experiências das unidades levaram à criação de uma doutrina moderna para as Operações Ribeirinhas, baseada em valiosas lições aprendidas. Em 1967, o Comando de Desenvolvimento de Combate do Exército dos EUA publicou o TT 31-75 *Riverine Operations Interim Training Text*, que formava a base para as operações da MRF. O USMC adotou o FMFM 8-4 *Interim Doctrine for Riverine Operations* em 1967. A USN seguiu o exemplo com a sua própria NWP 21 (A) *Doctrine for Riverine Operations* baseada, em grande parte, nas suas experiências com a MRF, *Market Time* e *Game Warden* e posteriormente na NWP 21 (B), alicerçada nas operações de bloqueio e patrulha fluvial durante a *SEALORDS* (DUNNAVENT, 1998). Esses documentos forneceram a base para os posteriores desenvolvimentos doutrinários.

As experiências reconheceram a natureza fundamentalmente conjunta das Operações Ribeirinhas, com uma organização preferencial de uma Força-Tarefa subordinada a um único Comandante. Para as operações que necessitavam um aprofundamento em terra, a

coordenação entre as forças terrestres era essencial. De fato, o modelo mais eficaz para as operações de assalto nos rios colocou as Operações Ribeirinhas sob o comando das forças terrestres.

Além das forças terrestres, o apoio aéreo aproximado foi fundamental para o sucesso das forças ribeirinhas. Os Seawolves operavam como um elemento orgânico das forças da MRF, planejando em conjunto com as patrulhas e operando a partir das mesmas MRB, permitindo uma coordenação mais precisa.

Embora a experiência dos EUA no Vietnã não tenha deixado o legado de uma capacidade ribeirinha permanente nas suas Forças Armadas, seu exemplo deixa um valioso projeto e lições aprendidas para a criação de uma força moderna capaz de conduzir uma ampla gama de operações militares em águas ribeirinhas. A evolução do combate ribeirinho no Vietnã fornece prognósticos úteis sobre a incrível diversidade das forças necessárias para operar com sucesso neste ambiente complexo e que ainda são pertinentes atualmente. Embora a tecnologia possa mudar, muitos elementos do combate nos rios, costeiros e ribeirinhos no Vietnã não devem ser mais desconhecidos por soldados e marinheiros de futuras forças ribeirinhas.

Uma vez identificados os aspectos doutrinários utilizados pelas forças estadunidenses e analisados os seus resultados na campanha ribeirinha no Delta do Mekong, é mister explorar com atenção a doutrina e o atual emprego das OpRib pela MB para que seja apresentada a aplicabilidade dos ensinamentos extraídos da Guerra do Vietnã no emprego doutrinário de uma ForTaRib brasileira, de forma a aprimorar as capacidades da Marinha do Brasil na condução deste tipo de operação.

4 A DOUTRINA DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NA MARINHA DO BRASIL

Os documentos estratégicos do Ministério da Defesa reservam especial atenção às preocupações com a defesa da Amazônia brasileira, destacando a importância do emprego dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais na calha dos rios navegáveis, em função da grande quantidade de recursos da região e da conseqüente possibilidade de cobiças externas. Em menor escala, apresentam uma considerável importância às hidrovias do Pantanal matogrossense.

Ilustrando, a Política Nacional de Defesa (PND) encaminhada para apreciação do Congresso Nacional em novembro de 2016, contextualiza a exigência da efetiva presença do Estado na Amazônia brasileira, com vistas ao desenvolvimento e à integração da região, em face à sua enorme extensão territorial e à baixa densidade demográfica, bem como aos seus incalculáveis recursos minerais (BRASIL, 2016a).

No mesmo documento são destacadas as tensões geradas pelas assimetrias de poder características da configuração do ambiente internacional na atualidade. Essas instabilidades contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações criminosas que tendem a incrementar a guerra irregular. Ainda que a ocorrência de conflitos generalizados entre Estados tenha reduzido, renovam-se aqueles de caráter étnico e religioso, exacerbam-se os nacionalismos e fragmentam-se os Estados, cenário propício para o desenvolvimento da denominada “guerra híbrida”¹⁵, que combina distintos conceitos de guerra (BRASIL, 2016a).

A posição geopolítica da Amazônia, no centro da América do Sul, lhe confere importância estratégica, mas também lhe traz a convivência com parte dos problemas dos países

¹⁵ “Guerra Híbrida” é um conceito cada vez mais adotado para a definição de novos conflitos do século XXI, frequentemente chamados de “conflitos do futuro”, em que ações de combate convencional são aglutinadas, no tempo e no espaço, com operações de natureza irregular, de guerra cibernética e de operações de informação, dentre outras, com atores estatais e não-estatais, no ambiente real e informacional, incluindo as redes sociais. Sua natureza realça características dos conflitos contemporâneos e tornam a definição das missões das Forças Armadas muito mais complexa, dinâmica e sofisticada (BRASIL, 2016a).

com os quais o Brasil tem fronteira (Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia). Nessa situação, por meio das fronteiras terrestres, sofre influência da conjuntura existente nesses países, caracterizada principalmente pela “narcoguerrilha”, pelo neopopulismo, pelo aumento de poder militar e por movimentos autonomistas (SEMINÁRIO DE SEGURANÇA DA AMAZÔNIA, 2010).

Para se opor a estas ameaças, a END, sujeita à apreciação do Congresso Nacional desde novembro de 2016, estabelece a necessidade da Marinha do Brasil de possuir embarcações de combate, de transporte e de patrulha, guarnecidos por helicópteros e adaptados ao regime das águas, que permitam adensar sua presença nas vias navegáveis das duas grandes bacias fluviais: a do rio Amazonas e a do sistema Paraguai-Paraná. O documento destaca, ainda, a preocupação especial com a defesa da bacia e foz do rio Amazonas, ressaltando a necessidade da MB de dispor de meios de fuzileiros navais em permanente condição de pronto emprego, sendo estes essenciais para assegurar o controle das margens das vias fluviais durante as Operações Ribeirinhas (BRASIL, 2016b).

É nesse contexto que se enquadra o aprestamento dos nossos meios e a aplicação da doutrina nas OpRib pela MB. As orientações contidas nos documentos estratégicos de defesa atuais sugerem uma configuração do ambiente internacional propícia ao aparecimento de grupos insurgentes e impõem a necessidade de uma maior presença da MB nos ambientes ribeirinhos nacionais.

4.1 Os conceitos utilizados pela MB nas OpRib

A doutrina aplicada pela MB às OpRib fundamenta-se, basicamente, em três documentos: a Doutrina Militar Naval (EMA-305), o Manual de Operações Ribeirinhas

(ComOpNav-543) e o Manual de Operações Ribeirinhas dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (CGCFN-1-2).

O ComOpNav-543 define a OpRib como uma operação realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou de toda uma Área Ribeirinha (ARib), ou para negá-la ao inimigo (BRASIL, 2005a). Observa-se uma definição incomum, por conceituar uma operação pelo local onde é executada e não pelas ações desenvolvidas ou pelo modo de planejamento. Ainda, ao estabelecer na definição apenas dois propósitos para uma OpRib, restringe-se o estabelecimento de outros que podem ser buscados neste tipo de operação, como obter informações e explorar as características de uma ARib, bem como localizar e destruir forças hostis. Nesse sentido, a simples definição que uma OpRib ocorre em uma Área Ribeirinha, por si só, bastaria.

Além dessa característica peculiar, as OpRib apresentam outros atributos que são estabelecidos nos três documentos doutrinários citados anteriormente, onde se pode destacar:

- a) As OpRib são operações realizadas para a defesa do território nacional, particularmente nos ambientes amazônico e pantaneiro;
- b) Para a MB, as OpRib, normalmente, não se aprofundam no terreno;
- c) São baseadas no emprego conjunto de meios fluviais, tropas terrestres e aeronaves, configurando o trinômio “navio-aeronave-tropa”;
- d) O helicóptero orgânico é um elemento integrado de uma ForTaRib; e
- e) Embarcações com frações de tropas embarcadas são permanentemente utilizadas para defesa dos navios, principalmente durante o trânsito em locais estreitos das calhas dos rios.

Nota-se nas OpRib uma dependência de uma integração entre navios, tropas e aeronaves, além de serem definidas por operações limitadas ao território nacional. Para isso, nossos meios devem estar adaptados para realizar operações nos ambientes ribeirinhos

amazônicos e pantaneiros e, ao mesmo tempo, possuir características que facilitem o apoio mútuo entre navios, aeronaves e tropas.

4.2 Os meios empregados pela MB nas OpRib

Em uma ARib, as limitadas linhas de comunicações terrestres e a extensa superfície hídrica ou rede de hidrovias interiores (rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas) servem de delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais para o transporte de superfície. Devido às enormes distâncias envolvidas nos ambientes ribeirinhos no território nacional, especialmente no cenário amazônico, e ao grande vazio demográfico dessas regiões, é primordial que se disponha de meios navais e aeronavais em quantidade e com características específicas para atender de forma satisfatória às possíveis demandas de uma OpRib.

A Bacia Amazônica tem cerca de 23.000 km de rios navegáveis. O seu principal curso d'água, o "Amazonas-Solimões", permite a navegação durante todo o ano de Belém a Tabatinga, sendo que de Belém a Manaus para navios com calado de até 12m e deslocando até 50.000 toneladas, e de Manaus a Tabatinga para navios com calado de até 5m e deslocando até 12.000 toneladas. Nos demais cursos d'água, devido às restrições de calado, a navegação com os nossos meios fica limitada a estreitas faixas nas calhas do Juruá, Japurá, Purus, Madeira (até Porto Velho), Içá e Negro (até São Gabriel da Cachoeira), sendo ainda influenciada pelas enormes variações dos regimes de cada rio (SEMINÁRIO DE SEGURANÇA DA AMAZÔNIA, 2010).

Além desses limites à navegação, a composição da força em uma OpRib é determinada por distintos aspectos, como a missão assumida pela ForTaRib, as capacidades do

inimigo e as características únicas de cada ambiente ribeirinho. O CGCFN 1-2 relaciona diversos meios navais que podem integrar uma ForTaRib, como navios de comando e controle, navios-patrolha, navios para transporte de tropa, navios-hospital, lanchas de ação rápida (LAR) e embarcações de desembarque (ED), entre outros, quantificados para atender a missão.

Sendo assim, tendo em vista a enormidade das bacias consideradas, a disponibilidade atual de meios fluviais da MB com suas respectivas restrições de calado e as necessidades de meios para uma OpRib, pode-se dizer que a MB carece de mobilidade tática, por não poder ser empregada de forma doutrinária em qualquer parte do território brasileiro, proporcionando a existência de áreas vulneráveis e passíveis de atuações de forças hostis.

Ainda no aspecto mobilidade, requer especial atenção a velocidade, máxima de 10 nós, desenvolvida pelos navios da Força de Emprego Rápido (FER) da MB na área do Comando do 9º Distrito Naval. Considerando a necessidade de posicionar as unidades nos limites do nosso ambiente ribeirinho nacional, a distância de Manaus ao Pelotão Especial de Fronteira (PEF) do Exército Brasileiro em Ipiranga, no extremo ocidental da Amazônia, é de 870 milhas náuticas, sendo necessários seis dias de deslocamento com os meios atuais da MB (SEMINÁRIO DE SEGURANÇA DA AMAZÔNIA, 2010). Este tempo demasiado impacta diretamente em uma das Capacidades Nacionais de Defesa relacionadas na END, a capacidade de Mobilidade Estratégica, que se refere à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, com capacidade multimodal, de permitir às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais (BRASIL, 2016b).

Nos aspectos flexibilidade e permanência, é importante analisar a capacidade de transporte de tropa. Ainda que seja prevista a mobilização de embarcações civis devidamente adaptadas para atender à necessidade de transporte de pessoal para uma ARib, a falta de navios de transporte fluvial e navios de apoio logístico fluvial, bem como de helicópteros de emprego

geral de médio porte, essenciais às Operações Ribeirinhas, trazem severas limitações ou dependências ao planejamento destas operações.

Considerando os aspectos supracitados, torna-se fundamental, além do reaparelhamento dos meios ribeirinhos da MB e a eficiente distribuição destes meios pelo território amazônico, o planejamento de um efetivo emprego conjunto com as demais Forças Armadas brasileiras para que, por meio da interoperabilidade, sejam ampliadas as capacidades de atuação de uma ForTaRib no cenário ribeirinho brasileiro.

4.3 O emprego conjunto nas OpRib no Brasil

A PND estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa, os quais devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de defesa. Um dos Objetivos Nacionais de Defesa é o de assegurar a capacidade de Defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas. Esse objetivo refere-se ao adequado aparelhamento das Forças Armadas, empregando-se tecnologias modernas e equipamentos eficientes e em quantidade compatível com a magnitude das atribuições cometidas; à dotação de recursos humanos qualificados e bem preparados; e, em última análise, à necessidade do contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular ou conjunta, com foco na interoperabilidade (BRASIL, 2016a).

Para atender a esse Objetivo Nacional de Defesa e em face das peculiaridades dos conflitos armados modernos, deve-se considerar, primordialmente, o emprego conjunto das Forças, racionalizando-se meios de toda ordem e incrementando-se as capacidades de cada uma delas, por intermédio do uso sinérgico de suas características e potencialidades, sem

desconsiderar, contudo, a possibilidade do seu emprego singular (BRASIL, 2016b).

Vê-se, claramente, a prioridade dada pelos documentos estratégicos brasileiros à atuação conjunta das Forças Armadas. O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) ressalta que as operações militares de grande envergadura exigem o emprego ponderável de elementos pertencentes a mais de uma Força (BRASIL, 2016c). Para tal, as Forças devem somar esforços, compatibilizar procedimentos e integrar ações, de forma a se obter maior eficiência e eficácia na execução de operações conjuntas.

O planejamento de uma operação conjunta, embora semelhante ao de qualquer outra operação, diferencia-se pela heterogeneidade dos processos de emprego e pelas peculiaridades técnicas das Forças Componentes. Daí a importância da coordenação e da integração das ações planejadas por intermédio de uma doutrina de operações conjuntas. Quando em uma operação, conjunta ou não, ocorre a interação das Forças com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, tais operações são chamadas de operações interagências ou operações em ambiente interagências (BRASIL, 2016c).

Apesar da necessidade comprovada de uma maior interoperabilidade entre as Forças e a orientação dos documentos estratégicos neste sentido, não existe uma doutrina de emprego conjunto nas Operações Ribeirinhas no Brasil. Ademais, as diferentes doutrinas existentes denotam conceitos distintos. Para exemplificar, o conceito de OpRib nas publicações da MB diferem dos apresentados no Manual de Campanha C 100-5 (Operações) do Exército Brasileiro (EB) que, por sua vez, difere do Manual de Operações Ribeirinhas FA-M-20 do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Essas diferenças de conceituações, aliadas às peculiaridades técnicas de cada Força Componente, dificultam sobremaneira o aprestamento conjunto das Forças Armadas, tornando questionável o seu emprego adequado e consequente sucesso em uma eventual Operação Ribeirinha.

4.4 O impasse estratégico nas OpRib

Um outro aspecto que dificulta a consolidação de uma doutrina efetiva de OpRib é a indefinição dos inimigos potenciais nestas operações. Os documentos estratégicos de defesa, que norteiam o planejamento, preparo e emprego das Forças Armadas brasileiras, relacionam, ao longo das várias versões publicadas, distintas ameaças à região amazônica, influenciando diretamente na definição de capacidades necessárias para contrapor aos possíveis inimigos em um cenário ribeirinho nacional.

A Política de Defesa Nacional (PDN) de 1996 destaca o período de mais de um século sem se envolver em conflito com os países vizinhos e, em particular, o estreitamento dos laços com os vizinhos amazônicos, desenvolvido no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica (BRASIL, 1996). No entanto, ressalta a persistência de zonas de instabilidade pela ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos lindes da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional, afastando, assim, a possibilidade de emprego de uma Operação Ribeirinha de maior envergadura contra um inimigo convencional. Tal posicionamento estratégico é reforçado pela PDN de 2005 (BRASIL, 2005b).

Sob outro ponto de vista, a END de 2008, em conformidade com a diretriz de priorizar a região amazônica, direciona os objetivos estratégicos ao preparo para uma guerra assimétrica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia. Nesse sentido, orienta à aplicação de uma doutrina ribeirinha voltada para um quadro de uma guerra de resistência nacional, atribuindo ao EB a maior participação no efetivo emprego dessas

operações (BRASIL, 2008b). Esta convicção permaneceu na END de 2012 (BRASIL, 2012).

Apesar de não estabelecer claramente as ameaças potenciais à soberania da Amazônia, o LBDN de 2016 destaca a importância da região no cenário estratégico nacional, atribuindo uma prioridade para estruturar a MB com forças ribeirinhas para a bacia amazônica e reforçando a necessidade do fortalecimento da presença militar terrestre pelas tropas do EB neste ambiente ribeirinho. Da mesma forma, impõe à MB a necessidade de adensar a sua presença nas vias navegáveis das bacias amazônicas e pantaneiras (BRASIL, 2016c).

Nesse aspecto, pode-se dizer que as OpRib se revestem de um caráter único para a MB, por ser uma Força expedicionária na sua essência, entretanto neste contexto, necessita ocupar posições dentro de um provável Teatro de Operações antes de qualquer conflito. Assemelha-se, assim, às tarefas consagradas das forças terrestres, que procuram se distribuir pelo território nacional, a fim de estabelecer os principais pontos de defesa.

Por tudo que foi exposto neste capítulo, alguns aspectos merecem especial atenção na doutrina das Operações Ribeirinhas conduzidas pela MB.

Primeiramente, é importante observar que essas operações são voltadas para um ambiente ribeirinho nacional, com vistas à defesa do território, particularmente da região amazônica e, em menor vulto, na região pantaneira. Sendo as OpRib conceituadas pelo local onde é executada e não pelas ações empreendidas, a definição das localidades restritas aos ambientes ribeirinhos amazônicos e pantaneiros tendem a facilitar o planejamento e emprego das forças neste tipo de operações.

Entretanto, as indefinições ou definições diversas dos inimigos potenciais a serem enfrentados nestes ambientes, apresentados nos documentos estratégicos de defesa, contribuem para uma articulação desfocada dos meios destinados a compor uma ForTaRib. Além disso, como esses documentos atribuíram estratégias e tarefas distintas para as Forças Armadas dentro do mesmo cenário ribeirinho, a desejada interoperabilidade e o necessário estabelecimento de

uma doutrina de emprego conjunto nas OpRib não são priorizados, sendo relegados para segundo plano.

Outro importante aspecto das OpRib é a necessidade de um esforço combinado de meios navais, aéreos e terrestres, na organização de uma Força inteiramente integrada e ajustada, especificamente para prover a mobilidade necessária, unidade de comando, superioridade aérea e superioridade de fogos. Esta integração abrange além dos meios da MB, todos os meios das demais Forças Armadas disponibilizados e adaptados para estas operações. Mas, para isso, são essenciais o reaparelhamento dos meios ribeirinhos da MB e das demais Forças Armadas e a eficiente distribuição destes meios pelo território brasileiro, para que sejam melhor dimensionadas as capacidades de atuação de uma ForTaRib no cenário ribeirinho brasileiro.

Por fim, apesar de não definir claramente as ameaças potenciais à soberania dos ambientes ribeirinhos nacionais, o planejamento estratégico brasileiro atribui à MB a responsabilidade de adensar a sua presença nas vias navegáveis das bacias amazônicas e pantaneiras, revestindo as OpRib de uma característica peculiar para uma Força que tem por essência o caráter expedicionário, e que passa a ter que se distribuir no provável teatro de operações.

5 CONCLUSÃO

Após a extração de ensinamentos, oriundos da análise da campanha ribeirinha conduzida pelas forças estadunidenses durante a Guerra do Vietnã, e a contextualização do atual emprego doutrinário das OpRib pela MB dentro de um cenário político-estratégico, foram reunidas informações suficientes para a conclusão deste estudo, por meio da verificação da aplicabilidade desses aprendizados na doutrina ribeirinha naval brasileira.

Pode-se dizer que o emprego doutrinário das OpRib pela MB sofreu uma grande influência do utilizado pelas forças estadunidenses na Guerra do Vietnã, sendo este o conflito da era moderna que melhor ilustra as características peculiares das operações em um ambiente ribeirinho. Porém, existem algumas diferenças entre as doutrinas estadunidenses e brasileiras que devem analisadas com atenção.

O caráter defensivo, demonstrado nos manuais de OpRib da MB ao classificar os ambientes ribeirinhos em apenas dois tipos (amazônico e pantaneiro) e corroborado pelos documentos estratégicos do Ministério da Defesa, diferencia-se substancialmente do caráter expedicionário demonstrado pelas publicações das forças estadunidenses, que estabelecem uma classificação genérica de ambientes ribeirinhos. Essa classificação, dividida em três tipos, leva em consideração a navegabilidade e as características das hidrovias, culminando por ser mais eficiente no correto aparelhamento e determinação de meios operativos navais para atuarem em cada área dentro do ambiente ribeirinho.

A relação estreita entre as OpRib e as atividades de guerrilha, atestada durante a campanha ribeirinha no Delta do Mekong, demonstra a necessidade da formação de uma força ribeirinha preparada para o enfrentamento assimétrico. Apesar de os EUA não possuírem, à época da Guerra do Vietnã, meios navais e elementos doutrinários compatíveis com o teatro de operações apresentado, a inquestionável capacidade de adaptação das forças estadunidenses em

desenvolvimento de doutrinas, táticas, técnicas e, principalmente, de novos meios, aliada à grande disponibilidade de recursos para se ajustar a uma nova situação, supriram, rapidamente, as deficiências que se apresentaram no início do conflito. E essas habilidades na mobilização, adaptação e organização foram materializadas pela MRF, por meio das experiências da TF 117, em que a USN soube moldar adequadamente suas forças, conciliando ações efetivas de contrainsurgência e métodos militares convencionais. Entretanto o sucesso tático e operacional obtido pelas missões de “busca e destruição” das unidades da MRF foram neutralizados pela estratégia de pacificação adotada, revelando uma desarmonia entre os objetivos estratégicos e os operacionais.

No quadro brasileiro, os ambientes ribeirinhos encontrados e as extensas fronteiras terrestres com países que possuem áreas de tensões e instabilidades sugerem a preparação das forças para executar ações de combate contra um inimigo de natureza irregular. Contudo as incompatíveis diretrizes estabelecidas ao longo dos anos pelos documentos estratégicos brasileiros, que norteiam o planejamento, preparo e emprego das Forças Armadas, dificultam a consolidação de uma doutrina efetiva de OpRib, uma vez que não são definidos, claramente, os inimigos potenciais nessas operações. De forma análoga aos ensinamentos oriundos da incompatibilidade de objetivos verificada nas experiências da TF 117, é mister o estabelecimento claro das diretrizes estratégicas de defesa, de forma a permitir uma coerente definição das capacidades necessárias para se contrapor aos possíveis inimigos em um cenário ribeirinho brasileiro.

Sendo o controle do povo ribeirinho um dos principais fatores de força de ambos os lados da Guerra de Guerrilha desenvolvida em um ambiente ribeirinho, muitas das dificuldades encontradas pelas forças estadunidenses durante a condução de suas OpRib foram provocadas pelo conhecimento mais detalhado da região por parte dos guerrilheiros, pois eram nativos do campo de batalha. As operações da MRF destacaram o fato de que as missões de

“busca e destruição” produzem apenas um sucesso temporário, a menos que seja seguido por uma presença sustentada. De forma correlata, é essencial um adensamento da presença da MB nos mais distantes rincões da Amazônia brasileira, apesar de contrariar a natureza expedicionária dessa Força, a fim de propiciar a condução preditiva dos fundamentos da contrainsurgência: as ações psicológicas e cívicas.

O conceito inovador de MRB e a diversidade de meios navais empregados pelas unidades da TF 117 proporcionaram uma enorme flexibilidade e mobilidade, devido à capacidade de moverem-se fisicamente de uma região para outra mais segura ou mais adequada dentro da área de operações. As táticas eficazes e procedimentos desenvolvidos neste conceito permitiram um emprego adaptável ao tipo de situação encontrada, variando com a área geográfica ou ambiente físico e com o efetivo ou tipo das tropas inimigas. As operações da MRF mostraram que embarcações fortemente armadas e blindadas e com diferentes calados são necessárias para a eficácia das ações em ambientes restritos, por permitirem o batimento eficaz das margens e o acesso a canais interiores normalmente inatingíveis por meios militares.

Nesse sentido, considerando as dimensões dos ambientes ribeirinhos brasileiros e as características variadas de suas hidrovias, a disponibilidade atual de meios fluviais da MB, com suas respectivas restrições de calado, e as necessidades de meios para uma OpRib, torna-se fundamental o reaparelhamento dos meios ribeirinhos e a eficiente distribuição desses meios pelo território amazônico, a fim de diminuir a carência presente de mobilidade tática.

A MRF também capitalizou as vantagens da integração com o vetor aéreo, através do uso de helicópteros embarcados, em conter um inimigo guerrilheiro homiziado, de forma a forçá-lo a entrar em combate. O emprego com sucesso dos Seawolves evidenciou a importância da aviação para as OpRib. É importante destacar as adaptações feitas às aeronaves e aos demais meios aeronavais para atender às circunstâncias operativas que o ambiente impunha, bem como à prontidão ininterrupta e a qualquer tempo dos seus operadores. Assim, o uso da aviação

embarcada como um vetor de importância operacional e tática revelou ser um ensinamento apreendido a ser buscado pelas forças ribeirinhas brasileiras, principalmente devido à ausência de helicópteros de médio porte da MB na região amazônica e pelas limitações dos atuais meios aeronavais empregados na região.

No momento de sua implantação, a MRF não possuía uma doutrina conjunta formalizada para ditar a condução das OpRib. As experiências reconheceram a natureza fundamentalmente conjunta das OpRib, com uma organização preferencial de uma Força-Tarefa subordinada a um único Comandante. Entretanto, a elaboração de uma doutrina ribeirinha conjunta só foi consolidada ao final da Guerra do Vietnã, como um dos legados importantes deixados. Fazendo um paralelo com a realidade brasileira, apesar da necessidade comprovada de uma maior interoperabilidade entre as Forças Armadas e a orientação dos documentos estratégicos neste sentido, ainda não existe uma doutrina de emprego conjunto nas OpRib no Brasil, o que dificulta sobremaneira o aprestamento dos meios envolvidos nessas operações.

Dessa forma, apesar do longo tempo decorrido após a Guerra do Vietnã, foram constatados diversos ensinamentos doutrinários das OpRib desenvolvidas pelas forças estadunidenses no Delta do Mekong que são perfeitamente aplicáveis na preparação de uma força ribeirinha e na elaboração de uma doutrina eficiente de OpRib pela MB, fornecendo implicações para uma capacidade ribeirinha presente e futura para atender possíveis contingências.

REFERÊNCIAS

- BONDS, Ray. *The Vietnam War: The illustrated history of the conflict in Southeast Asia*. London: Salamander Books, 1979. 248 p.
- BRASIL. Comando de Operações Navais. Publicação ComOpNav-543. *Manual de Operações Ribeirinhas*. Rio de Janeiro, 2005a.
- _____. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 2005b.
- _____. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Publicação CGCFN 1-2. *Manual de Operações Ribeirinhas dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro, 2008a.
- _____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2008b.
- _____. Estado-Maior da Armada. Publicação EMA-305: *Doutrina Militar Naval*. Brasília, DF, 2017.
- _____. Estado-Maior das Forças Armadas. Publicação FA-M-20: *Manual de Operações Ribeirinhas*. Brasília, DF, 1981.
- _____. Estado-Maior do Exército. Publicação C 100-5: *Manual de Campanha - Operações*. 3. ed. Brasília, DF, 1997.
- _____. Ministério da Defesa. MD35-G-01: *Glossário das Forças Armadas*. 4. ed. Brasília, DF, 2007.
- _____. _____. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 1996.
- _____. _____. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2012.
- _____. _____. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- _____. _____. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2016b. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/pnd_end.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- _____. _____. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Brasília, DF, 2016c. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/2017/mes03/livro_branco_de_defesa_nacional_minuta.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018.
- CROSS, James Eliot. *Conflict in the shadows: the nature and politics of guerrilla war*. New York: Doubleday, 1963. 180 p.
- CUTLER, John. *Brown Water, Black Berets: coastal and riverine warfare in Vietnam*. Annapolis: Naval Institute, 1988. 428 p.

DUNNAVENT, R. Blake. *Muddy Waters: A History of the United States Navy in Riverine Warfare and the Emergence of a Tactical Doctrine, 1775-1989*. 1998. P.H.D. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Texas Tech University, Lubbock, Texas, 1998. Disponível em: <<https://ttu-ir.tdl.org/ttu-ir/bitstream/handle/2346/8489/31295012833785.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

EUA. Department of Defense. *MCWP 3-35.4, NWP 13 (Rev. A), Doctrine for Navy / Marine Corps Joint Riverine Operations*. Washington, 1987. 91 p.

_____. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. *FMFM 8-4, Doctrine for Riverine Operations*. Washington, 1967. 220 p.

_____. Department of the Navy. *Riverine Warfare: the U.S. Navy's operations on inland waters*. Washington, 1969. 61 p.

_____. Department of the Navy. *Riverine Warfare: Vietnam. A collection of writings*. Washington, 1972. 256 p.

EVANS, Mark L. *Ford (FFG-54). Naval History and Heritage Command*. 2013. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/research/histories/ship-histories/danfs/f/ford-ffg-54.html>>. Acesso em: 13 de junho de 2018.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina de. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. 255 p.

FREITAS, Mark; TREADWAY, Braddock W. *Stygian myth: U.S. riverine operations against the guerrilla*. 1994. Master's Thesis (Master of Arts in National Security Affairs) - Naval Postgraduate School, Monterey, 1994. Disponível em: <https://calhoun.nps.edu/bitstream/handle/10945/42802/94Dec_Freitas.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 de maio de 2018.

FULTON, William. *Vietnam Studies: Riverine Operations 1966-1969*. Washington: Department of the Army, 1985. 210 p.

MAGNOLI, Demétrio. (org.). *História das guerras*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. 479 p.

MAROLDA, Edward; DUNNAVENT, R. Blake. *Combat at Close Quarters: Warfare on the Rivers and Canals of Vietnam*. Washington: Department of the Navy, 2015. 82 p.

MAROLDA, Edward J. *By Sea, Air and Land: An illustrated history of the U.S. Navy and the war in Southeast Asia*. Washington: Department of the Navy, 1994. 416 p.

MINGST, Karen; ARREGUÍN-TOFT, Ivan M. *Princípios de Relações Internacionais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 448 p.

ROONEY, Kathy. *Encarta Pocket English Dictionary*. London: Bloomsbury Publishing, 2002. 979 p.

SEMINÁRIO DE SEGURANÇA DA AMAZÔNIA, 2010, Manaus. Brasília. [Artigos]

Secretaria de Assuntos Estratégicos, 2012. 372 p.

SHERWOOD, John Darrell. *War in the Shallows: U.S. Navy Coastal and Riverine Warfare in Vietnam 1965–1968*. Washington: Department of the Navy, 2015. 425 p.

ANEXO A



FIGURA 1- Vietnã do Sul
 Fonte: MAROLDA; DUNNAVENT, 2015, p. 10.

ANEXO B

FIGURA 2- O “labirinto” de águas interiores no Delta do Mekong
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 9.

ANEXO C



FIGURA 3- Vista aérea das plantações de arroz no Delta do Mekong
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 93.

ANEXO D



FIGURA 4- A região do Delta do Mekong
 Fonte: MAROLDA; DUNNAVENT, 2015, p. 12.

ANEXO E



FIGURA 5- Vista aérea de uma *Mobile Riverine Base*
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 182.

ANEXO F



FIGURA 6- Um Huey do US Army pousando no convoo adaptado de um ATC(H) para uma evacuação aeromédica em 1967
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 195.

ANEXO G



FIGURA 7- Monitor no Rio My Tho, Dezembro de 1967
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 178.

ANEXO H



FIGURA 8- "Zippo" em ação
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 179.

ANEXO I



FIGURA 9- Huey em apoio aos PBR no Delta do Mekong em 1968
Fonte: SHERWOOD, 2015, p. 124.